

Angelo Passos

Jornalista, escreve às sextas-feiras neste espaço

Perdas no FGTS causam grande corrida à Justiça. Sindicatos ajuizaram enxurrada de ações coletivas, envolvendo mais de dois milhões de pessoas

O conflito no FGTS

Faz muito bem ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país ter uma fonte, como o FGTS, da qual joram fartos recursos para habitação popular e saneamento básico, além de infraestrutura. O orçamento para essas destinações alcançará novo recorde, R\$ 72,6 bilhões, em 2014 – ano eleitoral.

Mas há um lado sombrio e conflituoso na administração desse fundo. Caracteriza-se pelas perdas financeiras daqueles que o alimentam – os trabalhadores. Nas suas contas de FGTS existe hoje um rombo assustador. Muito maior do que os R\$ 44 bilhões gerados pelos Planos Verão e Collor 1 que, para cobri-los, o governo sacrificou o sistema produtivo do país. Criou uma multa de 10% sobre o saldo do FGTS, paga pelas empresas em demissões sem justa causa. Esse adicional não chega ao bolso do trabalhador e está sendo contestado no Supremo Tribunal Federal.

Atualmente, o buraco



que se observa no FGTS foi e continua sendo cavado pela correção não integral dos valores devidos a cada trabalhador. A remuneração do Fundo é de apenas 3% ao ano, além da variação da Taxa Referencial (TR). No entanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve média anual de 5,5% na última década. O descompasso representa R\$ 148,8 bilhões, ou 64,2% de defasagem, segundo cálculo do Instituto FGTS Fácil. Há outro cálculo, com base diferente. É da Força Sindical, que quer receber as diferenças da TR desde 1999, quando a taxa referencial passou a se distanciar mais da inflação. O montante (pasmé!) chega a R\$ 300 bilhões.

É pagável? Espera-se que sim. Está havendo uma corrida de trabalhadores à Justiça. Sindicatos de todo o país ajuizaram uma enxurrada

de ações coletivas, envolvendo mais de dois milhões de pessoas. São direcionadas à Caixa Econômica Federal, gestora do patrimônio.

E não basta que o prejuízo seja liquidado. É preciso mudar a lei para que o buraco não continue a evoluir. Tragam no Congresso mais de 50 projetos propondo mudanças no FGTS. O difícil é eles andarem. O governo não deixa.

Paulo Hartung

Economista, o ex-governador escreve às sextas-feiras neste espaço

Em 2008, o cooperativismo representava 1,3% do PIB estadual. Em 2012, chegou a 3,8%. Entre as 200 maiores empresas do ES, 17 são cooperativas

Unidos e mais fortes

Participei recentemente do 8º Fórum de Presidentes e Executivos das Cooperativas Capixabas. Recebi o honroso convite para falar da conjuntura econômica mundial, brasileira e capixaba, além de compartilhar minha visão sobre a importância do planejamento estratégico e da gestão intensiva de projetos. Da parte da OCB-ES/Sescoop, só tive boas notícias. Por sua relevância, apresento alguns destaques do cooperativismo nas terras capixabas.

De acordo com dados dos órgãos oficiais, existem hoje no Estado 169 cooperativas em plena e regular atividade. Desse total, 151 (89,35%) estão registradas na OCB/ES. São 204.404 cooperados, envolvendo um total de aproximadamente 600 mil capixabas. Essas 151 cooperativas geram cerca de 20 mil empregos formais celetistas diretos e indiretos.

As cooperativas vinculadas à OCB-ES tiveram um faturamento bruto em 2012 de R\$ 3,4 bilhões. A arrecadação de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais em 2012 totalizou R\$ 138 milhões. Só em impostos estaduais no ano passado foram recolhidos R\$ 62 milhões. Em 2008, o cooperativismo capixaba representava 1,3% do PIB es-

tadual. Ano passado, chegou a 3,8%.

De acordo com a Findes/IEL, entre as 200 maiores empresas do Estado, 17 são cooperativas (8,5%). Algumas outras informações que mostram o vigor do segmento: o cooperativismo de crédito possui a 3ª maior rede bancária do Estado; 62% do leite e derivados vendidos formalmente no Estado provêm de cooperativas de laticínios; e 15% do café capixaba são armazenados e comercializados via cooperativas.

O cooperativismo, cujos moldes atuais se originaram na Inglaterra de meados do século XIX, difundiu-se no país no início do século passado e só vem crescendo. No Espírito Santo, são mais de 10 setores de atuação, entre os quais saúde, transportes, crédito, alimentos (leite, café, frutas etc.) e educação.

O cooperativismo é uma alternativa histórica com resultados concretos na produção de riqueza de um modo bem peculiar. Seus fundamentos são o benquerer coletivo; a prosperidade, no sentido do avanço comunitário, desenvolvimento, realização, bem-estar; e o compartilhamento, significando “partilhar com” ou “tomar parte em”.

Ou seja, cooperativismo é união solidária em torno da geração de prosperidade compartilhada. Uma solução para lá de pertinente em tempos de tanto individualismo e de urgentes necessidades de avanços socioeconômicos. Felizmente, as terras capixabas têm boas notícias de sobra nesse campo, além de um enorme potencial de crescimento do setor.

Carlos Eduardo Rios do Amaral

É defensor público do Estado do Espírito Santo e titular da Defensoria da Infância e da Juventude na Comarca de Vila Velha

Crianças e adolescentes da periferia trocaram pipas e bolas de futebol por papalotes de cocaína e pistolas

Drogas, armas de fogo e criminalidade juvenil

Não é novidade para ninguém que a sociedade civil e o Poder Público estão perdendo a guerra contra o narcotráfico e o consumo de drogas ilícitas. A droga e seus mercadores da morte, armados até os dentes, estão por toda a parte. E a clientela não para de crescer, sempre renovada por novos desvairados.

Seduzidos pelo tráfico e o – aparente – ganho de dinheiro fácil e prestígio na comunidade local, crianças e adoles-

centes da periferia das grandes cidades há muito tempo já trocaram pipas e bolas de futebol por papalotes de cocaína e pistolas de grosso calibre.

Se há alguns anos crianças e adolescentes eram vistos como aviões ou olheiros de bocas de fumo comandadas por adultos, hoje, a perda da infância, ocasionada pela completa ausência de uma estrutura familiar e de uma com-

balida política pública de enfrentamento ao tráfico de entorpecentes, tornou esses menores muitas vezes protagonistas desse funesto empreendimento.

É inaceitável em termos numéricos os muitos milhares de toneladas de drogas ilícitas e a vastidão de armas de fogo ilegais, muitas de uso restrito, que entram em território nacional, percorrendo longas distâncias em nossas rodovias federais e estaduais, de nossas fronteiras marítimas e terrestres até a esquina de nossas casas.

Não há outra alternativa, o futuro de nosso país são as crianças e adolescentes de nosso presente. Essas mesmas crianças que hoje abandonam seus estudos e seus lares para se dedicarem ao tráfico de drogas ilícitas, trocando tiros com a polícia e qua-

drilhas rivais, vivendo clandestinamente em suas comunidades. Para depois terem seus jovens corpos retirados de gavetões de departamentos médico-legais pela mãe ou serem sepultados como indigentes.

Deve toda a sociedade brasileira, sem isentar o Poder Público, aproveitando as recentes ondas das manifestações populares nas ruas, de muito ativismo e protestos, refletir a respeito das consequências da produção, consumo e venda de drogas ilícitas e contrabando de armas de fogo sobre a formação de nossas crianças e adolescentes.

Certamente, esse é um problema de todos, que aflige o Brasil, devendo constituir nossa pauta prioritária de preservação dos direitos humanos.